

Goes, Fernanda Lira; Vilela, Rodrigo de Oliveira

**Working Paper**

## Uma análise do financiamento indireto do BNDES por meio de agentes financeiros: O caso das empresas de engenharia e de construção no Brasil

Texto para Discussão, No. 2639

**Provided in Cooperation with:**

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

*Suggested Citation:* Goes, Fernanda Lira; Vilela, Rodrigo de Oliveira (2021) : Uma análise do financiamento indireto do BNDES por meio de agentes financeiros: O caso das empresas de engenharia e de construção no Brasil, Texto para Discussão, No. 2639, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2639>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/240833>

**Standard-Nutzungsbedingungen:**

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

**Terms of use:**

*Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.*

*You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.*

*If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.*

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2639

UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO  
INDIRETO DO BNDES POR MEIO  
DE AGENTES FINANCEIROS: O CASO  
DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA  
E DE CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Fernanda Lira Goes  
Rodrigo de Oliveira Vilela





## UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO INDIRETO DO BNDES POR MEIO DE AGENTES FINANCEIROS: O CASO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA E DE CONSTRUÇÃO NO BRASIL<sup>1</sup>

Fernanda Lira Goes<sup>2</sup>  
Rodrigo de Oliveira Vilela<sup>3</sup>

---

1. Uma versão inicial deste texto foi apresentada em: GOES, F. L.; VILELA, R. O. Produção do espaço urbano a partir do apoio público as construtoras nacionais no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), 16., 2019, Vitória, Espírito Santo. *Anais...* Vitória: Simpurb, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3uObDxD>>. Segundo avanço deste texto está disponível em GOES, F. L.; VILELA, R. O. Financiamento indireto do BNDES para infraestrutura no território brasileiro. In: *Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço*. Análises em uma perspectiva crítica. São Paulo: Letra Capital Editora, 2021. (no prelo).

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <[fernanda.goes@ipea.gov.br](mailto:fernanda.goes@ipea.gov.br)>.

3. Doutorando em geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (PPGGEA-UnB). *E-mail*: <[geographo@gmail.com](mailto:geographo@gmail.com)>.

**Governo Federal**

**Ministério da Economia**

**Ministro** Paulo Guedes

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Carlos von Doellinger

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação  
e Infraestrutura**

André Tortato Rauem

**Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas  
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessor-chefe de Imprensa  
e Comunicação (substituto)**

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

## Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2021

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.  
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).  
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: H54.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2639>

# SUMÁRIO

---

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 PRODUÇÕES URBANAS POR CORPORAÇÕES BRASILEIRAS: APOIO ÀS CONSTRUTORAS .....	9
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS .....	29
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	30



## SINOPSE

O objetivo deste texto conflui em analisar o acesso à política de apoio financeiro oferecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às corporações da área de engenharia e construção em atuação nacional. O BNDES apoia empresas com o financiamento no modo de operações diretas, com solicitações realizadas ao banco, e no modo indireto, com acesso ao apoio por meio de agentes financeiros, como demais bancos privados, públicos ou de economia mista. A metodologia escolhida optou por analisar as empresas clientes do financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior: Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Confab, Contracta, EMSA, Mello Junior, OAS, Odebrecht, Pro Sinalização, Queiroz Galvão e Schahin. O período em questão foi a qualquer tempo desde 1998, ano base do desenho da política nestes moldes.

**Palavras-chave:** BNDES; financiamento público; infraestrutura urbana; empresas de engenharia e construção.





## 1 INTRODUÇÃO

Este texto vem elaborar uma análise do acesso à política de apoio financeiro oferecido pelo Estado na representação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para um grupo de empresas, majoritariamente, da área de engenharia e construção, em atuação corporativa, na produção do espaço urbano. O BNDES apoia empresas com o financiamento no modo de operações diretas,<sup>1</sup> no qual as solicitações podem ser realizadas diretamente no banco, e no modo indireto, com acesso ao apoio por meio de agentes financeiros, como demais bancos privados, públicos ou de economia mista.

Com a necessidade de escolher um filtro para esta observação, optou-se, em um primeiro momento, por selecionar as construtoras que são clientes ao financiamento público do banco. Apesar da possibilidade de observarmos todas as empresas com atuação na área de serviços e no setor de construção e infraestrutura, o critério utilizado para o segundo método de escolha das empresas foi a seleção das instituições que recebem o apoio do banco para obras e serviços no exterior<sup>2</sup> (Goes, 2017; 2020). Assim, apresentamos um perfil do apoio oferecido pelo banco para as empresas no cenário nacional, enquanto elaboramos algumas questões acerca da formação do território usado liderado pelas grandes empresas de engenharia, construção e serviços na produção do espaço urbano por meio de instituições financeiras. Para a análise baseada na categoria geográfica

---

1. Como o BNDES não tem agências, atua em parceria com uma rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que seus recursos cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações realizadas por meio dessas instituições são chamadas de indiretas. Nas operações indiretas, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de não pagamento da operação. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também que negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando algumas regras e limites definidos pelo BNDES. É importante ressaltar que cada instituição financeira credenciada pode aderir somente a algumas linhas de financiamento do BNDES, de acordo com suas políticas próprias para concessão do crédito. Ou seja, algumas opções de financiamento podem não estar disponíveis no banco ou agência desejada. Existem duas modalidades de operação indireta: Automática: operação que não precisa passar por avaliação prévia do BNDES. O pedido é recebido e analisado pela instituição financeira credenciada, que aprova o crédito e, em seguida, solicita ao BNDES a homologação e liberação dos recursos. Podem ser automáticas as operações de financiamento com valor até R\$ 150 milhões. Não automática: operação indireta em que é necessário apresentar a Consulta Prévia, que será encaminhada ao BNDES pela instituição credenciada, para análise. Neste caso, as operações de financiamento são individualmente avaliadas e aprovadas pelo BNDES. O valor mínimo para esta forma de apoio é de R\$ 10 milhões (BNDES, [s.d.]). Disponível em: <<https://bit.ly/3bdBEyC>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

2. Alguns Textos para Discussão (TDs) anteriores propuseram análises sobre o financiamento para exportação do BNDES para empresas da área de engenharia. Em Goes (2017) o objeto principal é o financiamento para Odebrecht, especificamente para obras e serviços em Angola. Em Goes (2020), apresenta-se a política de financiamento para exportação do BNDES não somente para obras e serviços, mas também para bens de capital. Neste texto, observaremos as empresas a partir da relação de apoio por meio do financiamento do BNDES para exportação de obras e serviços de engenharia em qualquer dos países parceiros.

miltoniana de território usado, o corpo teórico se explanará nos conceitos de território do dinheiro a partir das relações do território corporativo, a explicação dos conceitos será disposta na próxima etapa do texto.

Neste trabalho, tomamos como premissa básica a relação próxima das empresas privadas de engenharia e construção com o Estado brasileiro.<sup>3</sup> O BNDES é instrumento desse Estado e, portanto, um meio para se relacionar com as empresas, no que consideramos um elemento importante na produção do espaço urbano. Uma vez que, direciona os investimentos aos lugares de seu interesse, produzindo desigualdades e diferenciações no solo urbano. Assim, conforme detalharemos adiante, o dinheiro é um dado fundamental para o uso do território, no que Santos (2015) trata por território do dinheiro em um acordo entre as elites no processo de continuidade da colonização, como elucida Fanon (2005).

O texto aborda as ideias de território corporativo e, por consequência, o que Santos e Silveira (2008) tratam por cidades corporativas. É o papel de comando dessas empresas, a partir de grandes investimentos oriundos do poder público, que vai dar a autonomia para que elas escolham os espaços mais favoráveis para suas atuações. É aqui que trazemos o volume total de recursos financiados pelo BNDES, no período de 2002 a 2014, para as grandes empresas do setor da construção, tendo recursos próprios e aporte financeiro por meio de recursos do Tesouro, do Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), pr meio do FAT Constitucional, que dispõe sobre a aplicação destes recursos destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico.

É importante lembrar que a utilização de fundos públicos para obras de infraestrutura e para programas de habitação foi amplamente aproveitada ao longo dos anos. Na segunda metade da década de 1970, o governo militar criou dois grandes fundos: um público, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e um privado, a Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimo (SBPE). Tais obras, ligadas aos setores de

---

3. Para Campos o formato estrutural de intimidade nos negócios e inclusive com aproximações familiares é uma característica definidora das relações entre o destaque de uma construtora e mesmo a falência de construtoras brasileiras. O elemento familiar e a intimidade das construtoras é exposto por Campos nos casos de Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht (Campos, 2014). “Outra característica das empresas do setor – não só dele – é o fato de que, como pode ser verificado em seus nomes, sua origem é sobretudo familiar” (Campos, 2014, p. 65).

habitação, mobilidade urbana e saneamento, jamais deixaram de seguir os interesses de setores da economia ligados às empresas da construção civil, aos incorporadores imobiliários e aos proprietários de terra.<sup>4</sup> Assim, o aporte dos investimentos não seguiu as necessidades por moradia demandadas por alguns grupos sociais, dialogavam mais com a valorização imobiliária do que com as razões sociais, constituindo etapa fundamental da especulação imobiliária no plano urbano (Maricato e Royer, 2017).

Nesse sentido, o território usado pode explicar o território do dinheiro, ou seja, o dinheiro passa a se relacionar com os mecanismos de constituição de produção do espaço urbano, formando uma urbanização materialmente desigual, tanto em relação às classes sociais quanto aos grupos raciais e de diversas etnias. Essa é a face da globalização perversa e da violência do dinheiro imposta sobre corpos e vidas no tecido da cidade.

## **2 PRODUÇÕES URBANAS POR CORPORAÇÕES BRASILEIRAS: APOIO ÀS CONSTRUTORAS**

Os onze grupos de empresas selecionados, portanto, foram: Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Confab, Contracta, EMSA, Mello Junior, OAS, Odebrecht, Pro Sinalização, Queiroz Galvão e Schahin. Ao todo, quatro empresas foram excluídas por não haver registro de apoio no âmbito nacional, haja vista recebimento de financiamento para exportação, quais sejam: Bureau de Projetos e Consultoria, Companhia de Obras e Infraestrutura, Prado Valladares e TPRO/Pharmaster. Nesse sentido, por entender que *grosso modo* pouco afetariam a produção do espaço urbano no sentido do processo, nossa metodologia excluiu das somas os financiamentos relacionados à agroindústria, como por exemplo da empresa Odebrecht Agro Industrial e da Odebrecht Energia Participações. As empresas dos grupos inseridos neste artigo estão discriminadas no quadro 1.

Alguns grupos possuem mais de uma empresa cliente do financiamento do BNDES para atuação nacional. Inclusive a operação e a contratação podem ser diferentes conforme cada empresa, como são os exemplos dos grupos Camargo Corrêa e Odebrecht.

---

4. As primeiras importantes construtoras brasileiras nasceram no Rio de Janeiro, e uma das primeiras atividades dos empresários do setor foi a especulação urbana. É conhecida a história do barão de Drummond, proprietário de terras na região de Vila Isabel, que, após estabelecer certa infraestrutura local e levar o bonde até o bairro, dividiu os terrenos em lotes e os vendeu, lucrando significativamente com o negócio (Campos, 2014, p. 70).

A empresa Construções e Comércio concentra 84% do valor contratado do grupo Camargo Corrêa. No grupo Odebrecht, o apoio está dividido entre a Construtora Norberto Odebrecht, com 42%, e a Odebrecht Serviços e Participações, com 47% (somando os dois Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica – CNPJs).

**QUADRO 1**  
**Grupos do setor de construção e infraestrutura que receberam financiamento do BNDES para exportação e apoio para atuação nacional**

Corporação	Empresas selecionadas no grupo
Andrade Gutierrez	Andrade Gutierrez Engenharia S/A
Camargo Corrêa	Camargo Corrêa Construções Industriais S/A
	Camargo Corrêa Infra Construções S/A
	Camargo Corrêa Infra Projetos S/A
	Camargo Corrêa Óleo e Gás
	Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A
Confab	Confab Industrial S/A
Contracta	Contracta Engenharia Ltda.
EMSA	EMSA Y Empresa Sul Americana de Montagens S/A
Mello Junior	Construtora Mello Junior Ltda.
OAS	Consórcio Galvão OAS
	Construtora OAS S/A Em Recuperação Judicial
Odebrecht	Construtora Ciro Odebrecht Ltda.
	Construtora Norberto Odebrecht S/A
	Fundação Odebrecht
	Odebrecht Ambiental S/A
	Odebrecht Comércio e Indústria de Café S/A
	Odebrecht Óleo e Gás S/A
	Odebrecht Serviços e Participações S/A
	Odebrecht Serviços e Participações S/A
	Odebrecht Transporte S/A
	Thor Odebrecht ME
Pro Sinalização	Pró Sinalização Viária Ltda.
Queiroz Galvão	Construtora Queiroz Galvão S/A
Schahin	Schahin Engenharia S/A

Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

A relação entre as grandes empresas – mais especialmente, grandes construtoras de engenharia, empreiteiras, corporações, entre outras –, o Estado e os bancos está sobreposta no modelo atual de globalização perversa, de globalitarismos (Santos, 2015).

Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala (Santos, 2015, p. 37).

O processo de aprofundamento de relações e trocas baseadas em objetos e coisas que se alastrou pela imposição de uniformização de vivências situou atores privados e agentes públicos no teatro de poder. Um dos atores e agentes mais relevantes da globalização perversa são os bancos, privados e públicos. Quando Milton Santos observava o espaço dividido, no final dos anos 1970, apontava o esquema assentado sobre os bancos: “É assim que as atividades mais essenciais da economia moderna do país e mais especialmente do circuito superior são, de um modo ou de outro, dirigidas pelo aparelho bancário internacional” (Santos, 2008, p. 106). No Brasil, a relação entre os bancos públicos e os privados aparece, inclusive, por meio de políticas públicas. A transferência de parte da riqueza produzida por trabalhadores e trabalhadoras torna-se apropriada como instrumento de financiamento público. Entretanto, cabe citar que, naquele momento, os bancos públicos vivenciavam um cenário mais enxuto.

Os bancos governamentais são submetidos a pressões por parte da administração, sobretudo nos períodos em que as receitas provenientes dos impostos são pequenas e em que as necessidades de financiamento das atividades do Estado obrigam-no a recorrer a seus próprios organismos financeiros, assim como ao sistema bancário privado (*op. cit.*).

Nesse caso, banco é o instrumento do Estado, portanto o banco é o meio de se relacionar com as empresas. Importante salientarmos que a participação do Estado, em coligação com as empresas e os aportes financeiros dos bancos governamentais, se configura como agente da produção do espaço. Corrêa (2016) elucida que a produção do espaço é “consequência de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2016, p. 43).

A atuação desses agentes, tanto nas figuras estatais quanto nas corporativas, é decisiva para a produção do espaço urbano, uma vez que a ação dessas empresas, principalmente em obras de infraestrutura das cidades, coloca o Estado com seus instrumentos legais e

Direciona os investimentos em infraestrutura, aprofunda as desigualdades, interferindo de modo marcante nas formas de apropriação do espaço, à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencial do solo urbano (Carlos, 2011, p. 30).

Nesse contexto, o Estado atua de forma estratégica e com o objetivo precípua de manter uma estrutura de poder que concentra recursos, alimentando “a hegemonia de determinadas frações de classe e a dominação política, bem como para garantir as condições de reprodução gerais de produção de parte do conjunto social, necessários à sua reprodução” (Limonad, 2014, p. 6). A aproximação das empreiteiras com os laços financeiros de bancos é uma construção histórica, como nos aponta Campos (2014, p. 71): “A predial, de 1912, também possuía laços financeiros tendo associação com o banco da família Rocha Miranda”.

O que se pretende trazer das ideias de Fanon (2005) está mais diretamente perceptível nas perspectivas do processo de continuidade referente ao desenvolvimento econômico imposto pela associação entre o país colonizado e o país colonizador, haja vista o fim formal da colonização. Para o autor, a colonização não se encerra com os acordos de libertação de países da África com países europeus. Fanon expressa a perpetuação da colonização enquanto um processo de ideias, de valores, de costumes, sob os auspícios da alienação. Um dos exemplos concretos da alienação imposta pelos colonizadores para com os colonizados são as parcerias nas quais as elites se identificam, ou se iludem na projeção de que são comuns. Ao acessar o espaço de poder local no país que foi colonizado, as elites dialogam com seus antigos opositores como se fossem aliados. Nessa proposta de intervenção disfarçada, o colonizador permanece no poder, com o acordo sendo estampado a partir do momento em que as elites dialogam, realizando uma aproximação entre as representações dos colonizadores e a burguesia colonizada. O acordo inclui os partidos políticos nacionalistas, os dirigentes e a burguesia do país subdesenvolvido. Na contramão de uma libertação nacional, o processo de colonização e neocolonização importa a manutenção do poder nas mesmas classes que antes eram colonizadoras. Sem a consciência individual e coletiva, os costumes se reproduzem dos mesmos ritmos, formas, modos e conteúdos até então estabelecidos, ainda que recriminados por alguns setores da economia ou grupos da sociedade.

Nesse sentido, o poder é exercido por meio de suas facetas. Diante da possibilidade de ajustar as ideias de Fanon com as de Santos (2015), sob a complementariedade que se forma, averbamos ao poder financeiro o instrumento do diálogo das elites no que para Fanon é considerado o contraditório ao tempo do processo decolonial. Por outro lado, Santos observa um tempo no qual as rugosidades da colonização estão expressas nos fluxos do sistema financeiro a exemplo e como o dinheiro “é cada vez mais, um dado essencial para o uso do território” (Santos, 2015, p. 99). A noção de “território do dinheiro”, de Milton Santos, nos primórdios dos anos 2000, submete o território pela ordem do acordo entre as elites no processo de um colonialismo acusado por Frantz Fanon nos anos 1960. O que Santos estabelece como globalização perversa nos é visto ainda como a colonização enquanto processo mais avançado. Razão que nos fez trazer Fanon, do *Condenados da terra*, e Santos, do *Por uma outra globalização*, ao texto.

A partir desta atuação do dinheiro no território e do acordo proposto é que se dá a transferência de recursos públicos para as empresas, ou como Santos e Silveira (2008) elucidam, o uso privatista, levando ao desenvolvimento de um novo movimento, o da privatização do território. As empresas passam a determinar no território, seja das cidades, seja do campo, a sua lógica de atuação arrastando outras empresas a reboque, bem como influenciando o comportamento do poder público, “na União, nos Estados e nos Municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” (Santos e Silveira, 2008, p. 291). Ou seja, um seleto grupo de empresas nada mais é que a ação da elite no território, é o acordo exposto por Fanon sendo orientado pelo dinheiro ideológico advertido por Santos.

Santos e Silveira (2008) adjetivam o território privatizado como um território corporativo, não distante da análise histórica de Campos (2014) sobre as construtoras que trabalhavam na área imobiliária e em obras públicas. Se tais ações do capital são realizadas no tecido urbano, igualmente podemos dizer que temos cidades corporativas. O papel de comando dessas empresas dotadas de grande poderio econômico, confirmado pelos vultuosos recursos adquiridos no acesso ao poder público, desaguam em um poder político, dando a elas quase que uma autonomia na definição das atividades, dos usos e organização do território e na escolha dos lugares mais favoráveis ao desenvolvimento de suas ações no espaço urbano (Santos e Siveira, 2008).



No Brasil, optamos como objeto de análise concreta o BNDES, banco utilizado para o diálogo entre as elites, ou seja, enquanto facilitador no uso do dinheiro no território. O BNDES é responsável, além de outras ações, pelo apoio financeiro às empresas de serviço e construção de engenharia. Segundo os laços financeiros apresentados por Campos (2014), o modo como as empresas de construção se relacionam com o Estado remete a uma estrutura de poder. O dinheiro, elemento concreto dessa estrutura, aparece como forma de alienar e de violentar, no sentido amplo, enquanto imposição de formas.

Se para Fanon (2005) a violência é a categoria estrutural da continuidade das elites que dialogam no poder, Santos (2015) indica a violência concreta, portanto aquela do dinheiro:

“Na fase histórica atual, as megafirmas devem, obrigatoriamente, preocupar-se com o uso financeiro do dinheiro que obtêm. As grandes empresas são quase que compulsoriamente ladeadas por grandes empresas financeiras. Essas empresas financeiras das multinacionais utilizam em grande parte a poupança dos países em que se encontram” (Santos, 2015, p. 43).

O intermediário da violência que em Fanon é o agente do Estado, *grosso modo*, aqui, é o dinheiro na produção do espaço urbano.

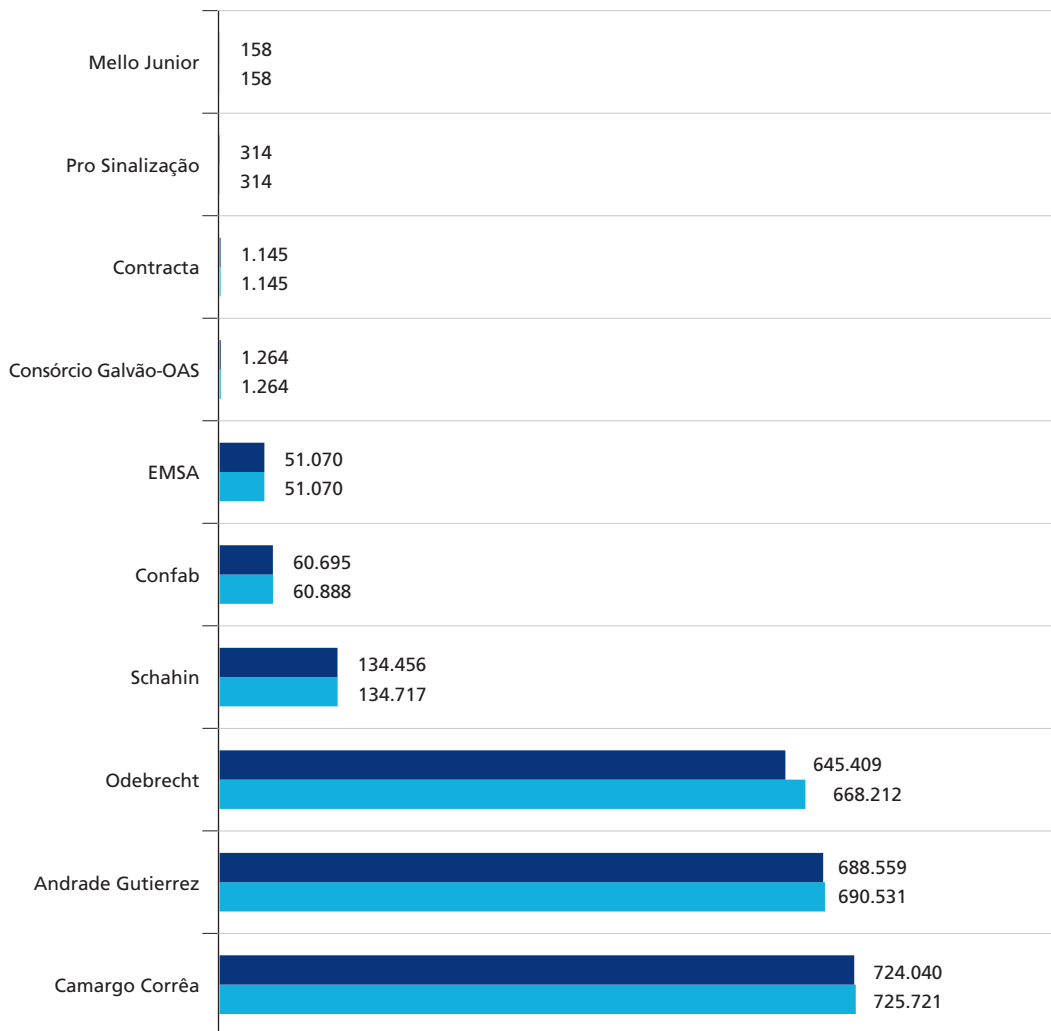
“A unificação, agora fortalecida do território do mercado responde pelo processo de concentração da economia, com a constituição de empresas oligopolistas que ampliam cada vez mais, seu raio de ação e seu poder de mercado, integrando ainda mais esse mercado e o próprio território” (Santos, 2015, p. 112).

Nos últimos vinte anos, o alinhamento e o aprofundamento da política de transferências de recursos de trabalhadores e trabalhadoras para empresas privadas formaram uma clientela de corporações – diretamente, no balcão do BNDES, indiretamente, nos salões de bancos privados. No período de 2002 a 2014, as empresas que selecionamos receberam por operação direta e contrataram indiretamente o valor total de R\$ 2,7 bilhões, com mesmo valor aproximado para o reembolso, conforme gráfico 1.

GRÁFICO 1

**Valor total financiado pelo Estado por meio do BNDES para atuação das empresas de engenharia no espaço nacional das empresas apoiadas para exportação de obras e serviços (2002-2014)**

(Em R\$ milhões)<sup>1</sup>



Fonte: Banco de dados do BNDES.

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Valores nominais, sem considerar inflação.

Obs.: Como os contratos não são anuais, optamos por apresentar o valor total recebido pelas empresas de construção enquanto financiamento do BNDES. No caso, para o período de 2002 a 2014, a soma total do apoio para obras e serviços referentes aos diversos contratos.

A liderança de Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht e Queiroz Galvão coincide com a associação e a parceria entre empresas grandes, ainda que menores, como o consórcio entre OAS e Queiroz Galvão que ocorreu no município de Jequié, na Bahia, por uma operação indireta automática por meio do Banco do Brasil, no valor de R\$ 1,2 milhão no ano de 2011, com recursos do Tesouro. Esse tipo de contratação acomete a outras situações e importa na percepção de uma intermediação de poder.

Um dos principais aportes são os recursos do FAT, por meio do FAT Constitucional, com obrigatoriedade de transferência de 40% do fundo para o BNDES (Silva, 2018). Somado a outros recursos do Tesouro, de organismos e do PIS/Pasep, os aportes são utilizados não apenas diretamente pelos grupos, mas inclusive são direcionados às instituições financeiras, como bancos públicos – de economia mista e privados – para apoiar as corporações. Os subsídios da política visibilizam-se, entre outros, pelos juros disponibilizados pelos bancos nos contratos e nas operações com variação de 0,73% a 17,64%. A disponibilidade de fundos e de subsídios, ainda que aparente acesso democrático, tem recursos programados a algumas direções.

No mesmo espaço de tempo e com o uso de mesma quantidade nominal de capital certas firmas se apropriam de parcela maior do resultado do trabalho e da capitalização coletivos, o que lhes permite, assim, de uma só vez, fortalecer-se, deslocar firmas menos poderosas e aumentar ainda mais sua parte de ganho na próxima etapa (Santos, 2015, p. 117-118).

O mecanismo da acumulação maior de dinheiro e recursos a um pequeno grupo de grandes corporações confere a elas poderio econômico que não se percebe dissociado da necessidade de poder político, assim, as grandes empresas e corporações:

Ao mesmo tempo em que aumentam seu poder de mercado, e seu poder no mercado, aumenta também seu poder propriamente político a ser exercido na participação da tomada de decisões que concernem aos seus próprios interesses e, desse modo, interferindo com os interesses de outros setores da economia e da sociedade (Santos, 2015, p. 118).

As firmas, empresas, corporações e conglomerados se apropriam do território como forma de poder. No sistema de mercado, as firmas se aproximam do Estado, uma vez que a vontade política é fator determinante no processo decisório (Santos, 2015). Ao pensar a urbanização brasileira, Santos (2015) dedica uma reflexão sobre “a urbanização” e “a cidade corporativa”, especialmente “A ação política das grandes empresas e as contradições da cidade corporativa”.

Esse modelo de relação entre o banco e as empresas é a continuidade de um processo relativamente recente ao período pós-1964. Quando Santos (2015) escreveu a produção do espaço necessário aos grandes capitais apontou que:

O capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infraestruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e a circulação interna dos agentes e dos produtos. De outro, para atingir o mercado nacional é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa. Esse processo é concomitante ao de centralização dos recursos públicos em mãos do governo federal, que os utiliza em função de suas próprias opções (Santos, 2015, p. 113).

A disponibilidade de uso do FAT no banco é a práxis mais avançada do diálogo entre a produção da riqueza pelo capital organizado pelas elites mandatárias de corporações de engenharia e infraestrutura. “Nas condições atuais e de um modo geral, estamos assistindo a não política, isto é, a política feita pelas empresas, sobretudo as maiores” (Santos, 2015, p. 69). O sistema que se segue analisado no período entre os anos 1990 e 2014 é mais uma reprodução da política anteriormente perpetrada.

A ideologia desenvolvimentista dos anos de 1950 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil-potência justificavam e legitimavam a orientação do gasto público em benefício das grandes empresas, cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder equipar-se mais depressa e melhor (*Op. Cit.*)

O Brasil, pensado enquanto potência<sup>5</sup> para alguns, é o mesmo país no qual a apropriação privatista do Estado produz diferenças. Quando o acesso às poupanças, às riquezas e aos gastos públicos vão para políticas, que se não aumentam as desigualdades projetam a manutenção dessa situação, já são em si uma proposta de território do dinheiro ideológico. Ao definir o território do dinheiro, Santos explica:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

---

5. Uma das percepções do Brasil como uma potência mundial remete ao discurso da valorização das características do território nacional conforme a disponibilidade de terras para produção, capacidade de água potável, de produção energética padrão e renovável, diversidade ambiental, contingente populacional, riqueza cultural, entre outras.

Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado utilizado por uma dada população (Santos, 2015, p. 96-97).

Quando o território usado explica o território do dinheiro, Santos lembra que “O dinheiro é uma invenção da vida de relações e aparece como decorrência de uma atividade econômica para cujo intercâmbio o simples escambo já não basta” (Santos, 2015, p. 97). Portanto, o dinheiro: i) está interagindo nos mecanismos de constituição de produção do espaço urbano: “O território usado pela sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro” (Santos, 2015, p. 98); ii) é o símbolo mais real do trabalho enquanto sobrevivência de muitas pessoas no sistema capitalista atual; e iii) como apropriação de vidas, está em movimento dinâmico nos bancos – públicos e privados.

Maricato e Royer (2017) alertam para a existência de um paradoxo. A retomada de investimentos não garante e nem tem garantido a melhoria das condições da vida urbana.

A “máquina do crescimento” (reunião de capitais e demais interesses envolvidos na produção do espaço urbano) se apoderou das cidades definindo quais obras seriam construídas e, com interesse especial, qual a sua localização. O caso mais paradigmático foi, sem dúvida, o Rio de Janeiro, sede das Olimpíadas, onde mais de 40 mil pessoas foram removidas de moradias, muitas das quais precárias, mas bem localizadas, para conjuntos habitacionais nas periferias metropolitanas (Maricato e Royer, 2017, p. 156).

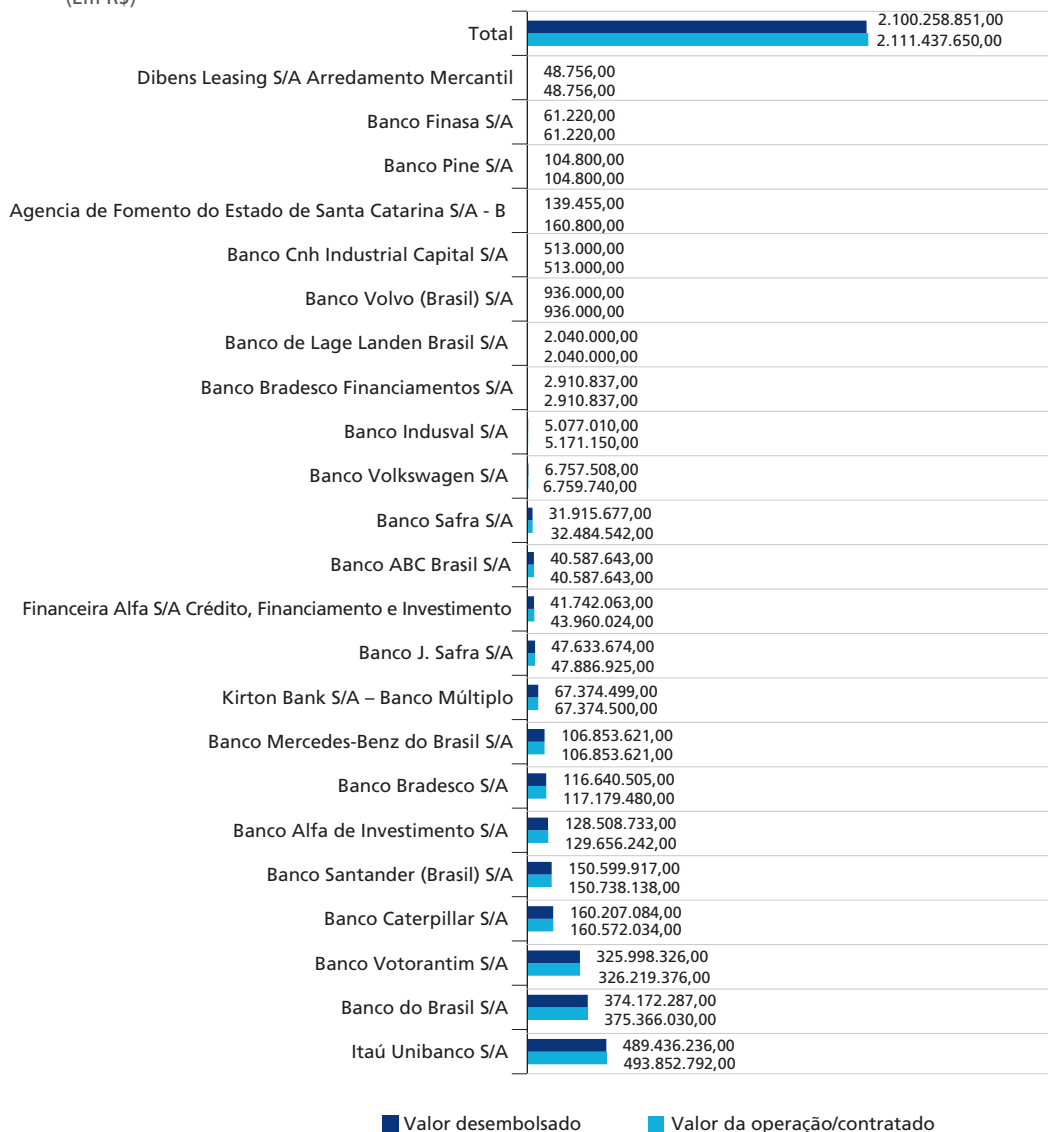
Quando as autoras citam a questão da localização como elemento fundamental de realização dessas obras no território, nada mais é que a força do capital agindo espacialmente. Essa importância geográfica do dinheiro é o motor de construção de uma segregação socioespacial profunda. É a força do dinheiro que decide onde, quem e quando ocupar o território. É a soberania do dinheiro exercendo o controle sobre a vida de pessoas, em detrimento de um poder aplicado ao território. A cidade, então, se mantém continuamente como um arranjo espacial do poder das corporações.

Enquanto isso, as instituições financeiras de crédito e os bancos privados recebem o aporte do dinheiro vindo pelo BNDES. Itaú Unibanco foi a instituição financeira a repassar maior valor. De um total de R\$ 2,1 bilhões, direcionados à política por demais instituições financeiras pelo BNDES, o Itaú Unibanco repassou R\$ 489 milhões para os grupos de empresas de construções, engenharia, obras e serviços atuarem no Brasil no período de 2002 a 2015 (gráfico 2).

GRÁFICO 2

**Valor total de operações indiretas realizadas por instituições financeiras (2002-2015)**

(Em R\$)<sup>1</sup>



Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.  
Nota: <sup>1</sup> Valores nominais, sem considerar inflação.

O Itaú Unibanco ofereceu o crédito indiretamente a Contracta, Andrade Gutierrez, EMSA, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht, em ordem crescente de valores (gráfico 3). De certo modo, as instituições financeiras direcionam para alguma empresa específica. A Odebrecht esteve à frente com relação

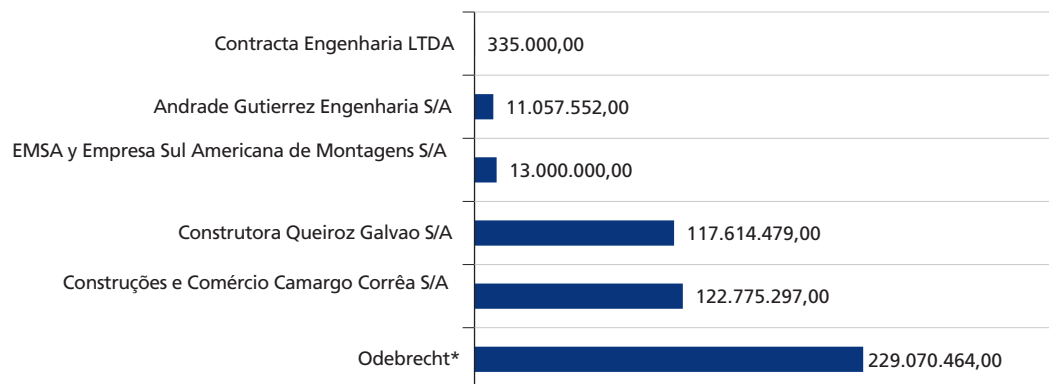
ao Itaú Unibanco. No caso do Banco do Brasil, a Odebrecht recebeu R\$ 80 milhões, mas foi a Camargo Corrêa que recebeu o maior montante, R\$ 243 milhões. O Banco Votorantim direcionou R\$ 204 milhões para a Andrade Gutierrez, seguida por R\$ 73 milhões para a Camargo Corrêa.

A referência ao grupo Odebrecht está composta pelas empresas: Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda., Odebrecht Óleo e Gás S/A, Odebrecht Serviços e Participações S/A, Odebrecht Serviços e Participações S/A (10604193). Uma questão em reflexão é a localização, o objeto e os impactos sociais das construções. As obras foram realizadas em dez estados: Espírito Santo (Vila Velha e Vitória), Goiás (Aparecida de Goiânia), Mato Grosso (Paranaíta), Minas Gerais (Belo Horizonte e Santana do Paraíso), Pará (Parauapebas), Paraná (Curitiba e Londrina), Pernambuco (Recife), São Paulo (Guarulhos e São Paulo), Rio de Janeiro (Itaguaí, Macaé, Mangaratiba, Rio de Janeiro e São Gonçalo), Rondônia (Porto Velho) e Santa Catarina (Águas de Chapecó). Quando observado os valores por empresa, a Camargo Corrêa lidera o financiamento indireto pelo Itaú Unibanco; contudo, ao agregar as empresas do grupo Odebrecht, o somatório passa a incluir cinco empresas na categoria com quantidade maior.

GRÁFICO 3

**Valor total de operações indiretas realizadas pelo Itaú Unibanco S/A, por grupo de empresa (2002-2014)**

(Em R\$)<sup>1</sup>



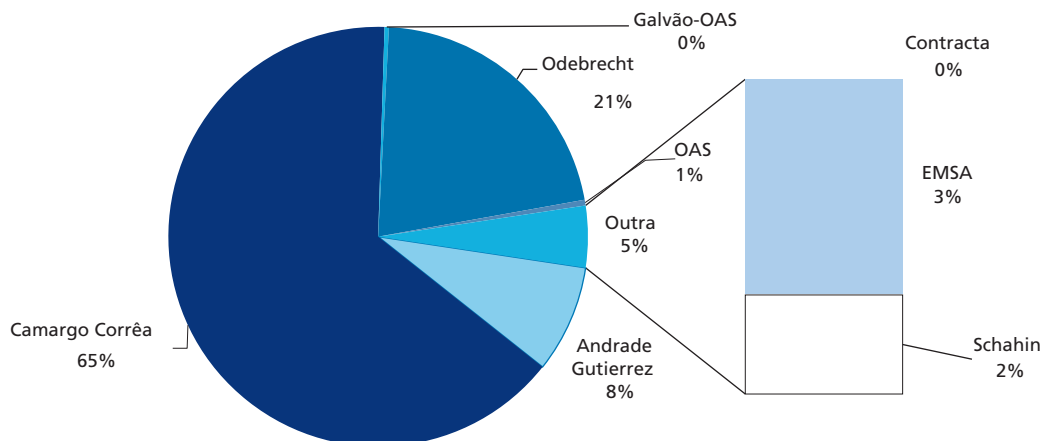
Fonte: Banco de dados do BNDES.

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Valores nominais, sem considerar inflação.

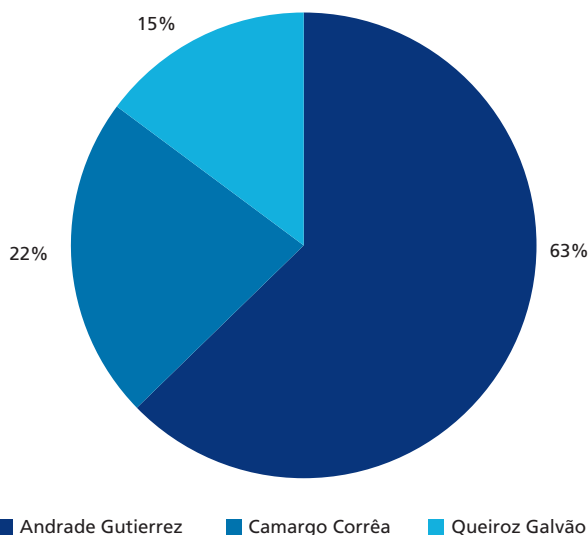
Obs.: \* Agregado de empresas do grupo Odebrecht.

GRÁFICO 4  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Banco do Brasil, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

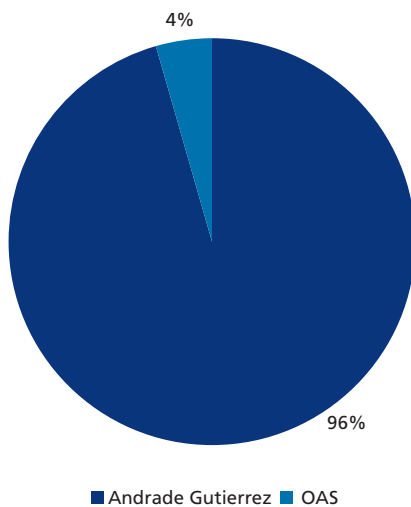
GRÁFICO 5  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Votorantim, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

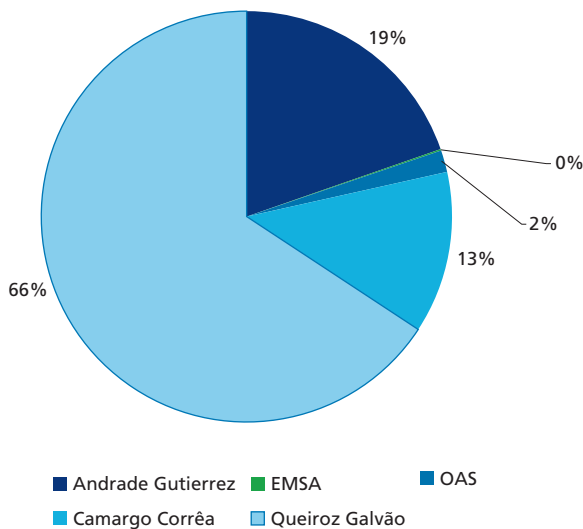


**GRÁFICO 6**  
**Valor total de operações indiretas realizadas pelo Alfa, por grupo de empresa (2002-2014)**  
(Em %)



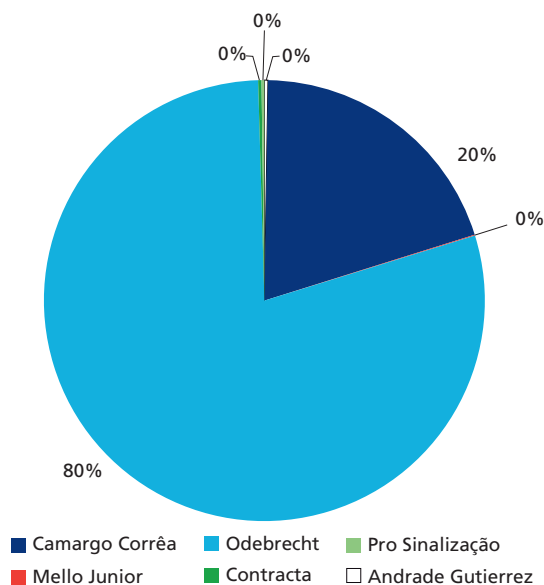
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

**GRÁFICO 7**  
**Valor total de operações indiretas realizadas pelo Caterpillar, por grupo de empresa (2002-2014)**  
(Em %)



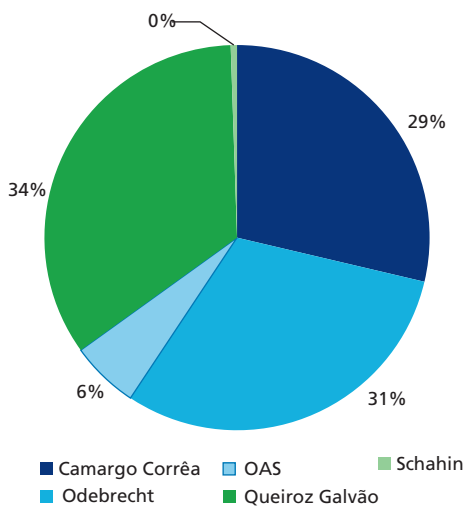
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Santander, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



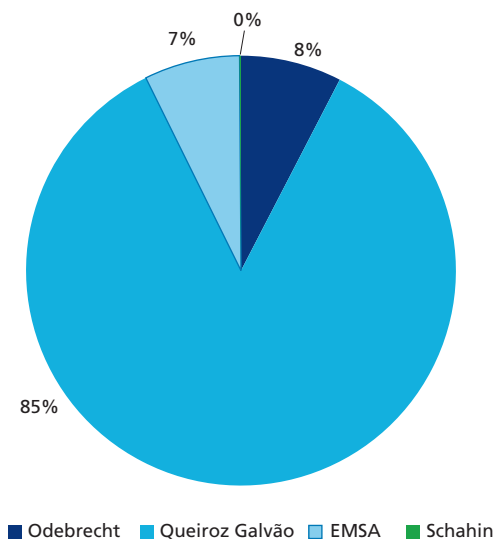
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 9  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Bradesco, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



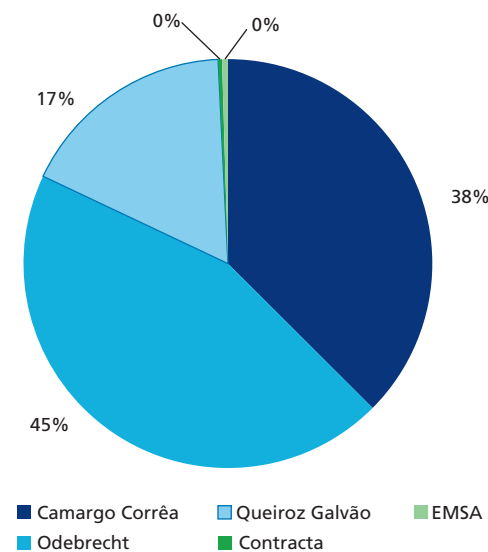
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 10  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Mercedes-Benz, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



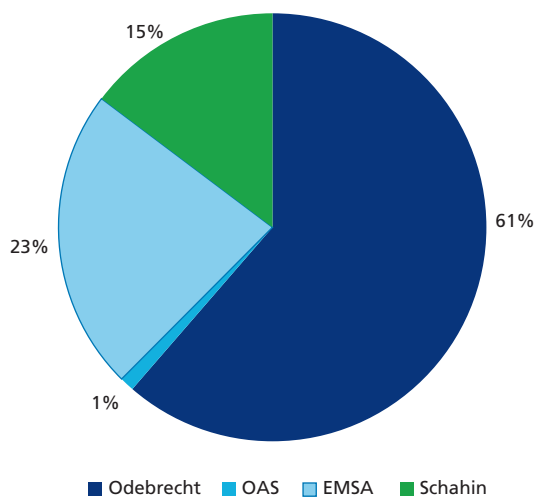
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 11  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Safra, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



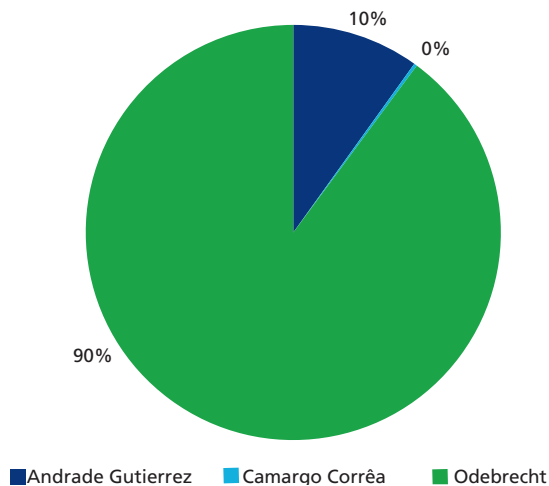
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 12  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo Kirton, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



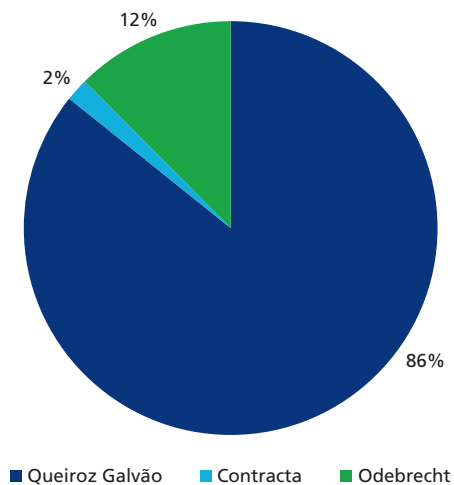
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 13  
Valor total de operações indiretas realizadas pelo ABC, por grupo de empresa (2002-2014)  
(Em %)



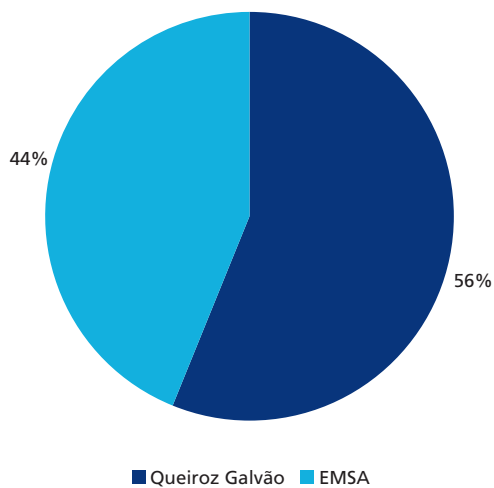
Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

**GRÁFICO 14**  
**Valor total de operações indiretas realizadas pelo Volkswagen, por grupo de empresa (2002-2014)**  
(Em %)



Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

**GRÁFICO 15**  
**Valor total de operações indiretas realizadas pelo CNH Industrial Capital, por grupo de empresa (2002-2014)**  
(Em %)



Fonte: Banco de dados do BNDES.  
Elaboração dos autores.

Contratos menores foram realizados entre instituições financeiras e apenas uma empresa de construção. Os contratos variam de aproximadamente R\$ 48 mil a R\$ 5,2 milhões, tendo sido firmado com apenas uma construtora, ou seja, uma ação pontual (tabela 1).

TABELA 1  
**Valor total de operações indiretas realizadas por uma instituição financeira com apenas uma construtora (2002-2014)**  
(Em R\$)<sup>1</sup>

Instituição Financeira	Empresa	Valor do contrato
Dibens	Contracta	48.756,00
Finasa	Mello Junior	61.220,00
Pine	Andrade Gutierrez	104.800,00
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	Odebrecht	160.800,00
Volvo	OAS	936.000,00
LAGE	EMSA	2.040.000,00
Indusval	Schahin	5.171.150,00

Fonte: Banco de dados do BNDES.

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Valores nominais, sem considerar inflação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não seria minimamente honesto, diante da formação brasileira estruturada no sequestro, na migração forçada e no tráfico de pessoas negras de África (Alencastro, 2000), evitar a relação entre as corporações e o Estado na perspectiva de uma urbanização materialmente desigual, seja pela noção de classe, seja pela noção de raça e etnia. Lembrar-nos que os impactos reais acometem essas pessoas nos seus cotidianos. Ainda que, para muitos, sejam vivências alienadas sem percepção consciente do processo exploratório ao qual são submetidos. Porém, as formas de atenção individual e coletiva são exemplificadas em diversos modos de questionamentos por parte, principalmente, de quem trabalha diretamente com o pensamento crítico, por exemplo, artistas, estudiosos, pesquisadores, jornalistas, gestores, entre outros.

Eu faço figa *pra* essa vida tão sofrida. Terminar bem sucedida. Luz do sol é minha amiga. Luz da lua é minha instiga. Me diga você, me diga. O que é que sara a tua ferida. Me diga você, me diga. Lucro, é pra bater. Máquina de louco, é pra bater. Você pra mim é lucro, é pra bater. Máquina de louco.<sup>6</sup>

6. BAIANASYSTEM. *Lucro (Descomprimindo)*. São Paulo: Universal Music Publishing Group, 2016. (Compositores: Roosevelt Ribeiro de Carvakho e Dalcom Bastos Barreto).

Com um trecho da música *Lucro (Descomprimindo)* retomamos o aspecto das construções a partir da perspectiva de quem vive o território usado. De quem está inserido no processo da globalização perversa pela violência do território do dinheiro, do território do lucro, de uma mais-valia. De vítimas que no percurso de sobrevivência ocupam o lugar de dores e sofrimentos que muitas vezes são invisibilizadas, desumanizadas enquanto máquinas de lucro e de sensibilidades mentais por gatilhos referências de violências.

Enquanto o Estado, um banco público, bancos privados, grandes empresas do setor de construção e engenharia e corporações multinacionais invadem e produzem uma urbanização colonizadora, as resistências de outro modo de produção do espaço urbano questionam esse neocolonialismo. “Tirem as construções de minha praia. Não consigo respirar”.<sup>7</sup> O modo como a urbanização se perpetua em um país colonizado que remete a modos, costumes, hábitos, processos, interpretações, valores e ações.

Se faz importante, para agregar conceitualmente o que foi tratado anteriormente pela música, a contribuição de Harvey (2005), que identifica a urbanização como um processo social

espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interage por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. De fato, como muitos estudiosos demonstraram, as práticas espaciais podem adquirir conteúdos burocrático-administrativos, raciais e de gênero (para relacionar apenas um subconjunto de possibilidades importantes) (Harvey, 2005, p. 169-170).

Tais possibilidades são fundamentais para entender a ação das empresas no território, em uma lógica de transferência de responsabilidades do Estado para o mundo privatista. Este, sob os auspícios da lógica do capital, nem sempre confere a inclusão do conjunto de atores da cidade na prática do consumo. Nesse sentido, os que vivem e que dão vida ao território, conforme Santos (2015) nos elucidada, ficam relegados a uma posição secundária, essa globalização perversa e a força do território do dinheiro exclui um grupo da população enquanto sujeito do processo.

---

7. Idem.

Esse processo, que nada mais é que “formas de soberania de cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2018, p. 10), nos remete ao conteúdo de classe, à estrutura marginalizante do território do dinheiro e à soberania do capital na destruição de corpos humanos e populações como elementos concretos de experiências contemporâneas de destruição humana (Harvey, 2005; Santos, 2015; Mbembe, 2018).

A desigualdade material, a segregação socioespacial, não são apenas elementos meramente classificadores de vastos estratos da população, são manifestações reais de quem vai conseguir sobreviver ou não, sob a autoridade territorial do Estado em conjunto com os interesses das corporações, firmas e empresas que ditam a produção espacial da cidade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais: as empresas brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998**. Niterói: Eduff, 2014.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2014.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. (Tradução: Eunice Albergaria Rocha, Lucy Magalhães). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- GOES, F. L. **Financiamento do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2297).
- \_\_\_\_\_. Território negro: uma reflexão ao poder do financiamento do BNDES para empresas brasileiras no exterior. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019, São Paulo, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpege, 2-7 set. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3rf3QXA>>.
- \_\_\_\_\_. **Uma cartografia do financiamento do BNDES para exportação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2542).



GOES, F. L.; VILELA, R. O. Produção do espaço urbano a partir do apoio público as construtoras nacionais no Brasil. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), 16., 2019, Vitória, Espírito Santo. **Anais...** Vitória: Simpurb, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3uObDxD>>.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. (Tradução: Carlos Szlak). São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

LIMONAD, E. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para a reflexão. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 41, n. 493, 1 nov. 2014.

MARICATO, E.; ROYER, L. A política urbana e de habitação. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do Lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. 400 p.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018. 80 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. (Tradução Myrna T. Rego Viana). 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. 440 p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

SILVA, S. P. **Financiamentos das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**: uma análise a partir da trajetória operacional do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2437).

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, R. M.; FURTADO, M.; GABRIELLI, H. **A atuação histórica do BNDES**: o que os dados tem a nos dizer? Rio de Janeiro: BNDES, abr. 2018. (Texto para Discussão, n. 123).

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>.

GOES, F. L. TEIXEIRA, S. H. O. Financiamento público: o caso do BNDES e a relação público-privada. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Enanpur, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3rfs5oj>>.

HIRT, C. **Estado, capital e território**: o lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro. Curitiba: CRV, 2018.



## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Editoração**

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

#### **Capa**

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

#### **Projeto Gráfico**

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Livraria Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)







### **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

